



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUNDÁ

PODER EXECUTIVO

CNPJ: 05.854.633/0001-80



LEI MUNICIPAL Nº 2.359/03, DE 07 DE OUTUBRO DE 2003.

Câmara Municipal de Jacundá
CNPJ: 02.944.615/0001-00

APROVADO

☒ Única votação, em 16.06 de 2003

☐ 1ª e 2ª votação, em ___ e ___ de ___


Secretário


Presidente

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO A CADEIA PRODUTIVA DOS SETORES AGRO-PECUÁRIO, PESQUEIRO E DO COMÉRCIO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL DE JACUNDÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jacundá, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Incentivo a Cadeia Produtiva dos Setores Agro-pecuário, Pesqueiro e do Comércio e Revitalização da Feira Municipal do Município de Jacundá, regulamentando os direitos e obrigações que se relacionem com processo de utilização da infra-estrutura da feira, seu processo itinerante, visando bem estar individual e coletivo dos usuários dos diversos serviços ali instalados, bem como dos munícipes e reordena as atribuições e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º. O programa de que trata esta lei será desenvolvido nos termos institucionais, se fará em consonância com a Lei Orgânica do Município de Jacundá – LOMJ e, em caráter de complementariedade, com as políticas de desenvolvimento local sustentável, efetivando-se por meio de um conjunto de ações programáticas de iniciativa pública, dos organismos privados e entidades não Governamentais – ONG'S, assegurando-se a todos os participantes e usuários dos diversos serviços a universalidade dos direitos sociais, econômicos, culturais e demais previstos nas legislações pertinentes.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade do Poder Executivo, através de parceria com os organismos não governamentais, a elaboração do referido programa, respeitando-se as diretrizes dos diversos instrumentos normativos das políticas agro-pecuária, pesqueira, sócio-cultural, econômica e de desenvolvimento sustentável, cabendo a sua aprovação à Câmara Municipal de Jacundá.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE INCENTIVO

Art. 3º. O Programa de Incentivo a Cadeia Produtiva dos Setores Agro-pecuário, Pesqueiro e do Comércio se dará através das seguintes prerrogativas:

- I. Diagnosticar a situação das atividades agro-pecuária, pesqueira e do Comércio no Município visando à inserção destas cadeias produtivas no programa;



- II. Propor diretrizes básicas para readequação da infra-estrutura móvel e itinerante da feira municipal;
- III. Elaborar um planejamento eficaz para o escoamento da produção rural e comercialização dos produtos;
- IV. Promover incentivos necessários para a geração de emprego e renda;
- V. Garantir as condições mínimas de higiene, circulação e abrigo para os usuários da feira municipal;
- VI. Propor metas e formas alternativas de captação de recursos para a sustentabilidade do programa;
- VII. Acompanhar e fiscalizar os serviços prestados à população pelos órgãos e entidades públicas, privadas e segmentos parceiros do programa;
- VIII. Avaliar e ou propor critérios para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos públicos, privados e segmentos parceiros do programa;
- IX. Analisar e/ou propor critérios para a elaboração de contratos ou convênios celebrados entre o setor público, as entidades privadas e segmentos, no que tange a prestação de serviços;
- X. Sugerir diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços públicos e privados;
- XI. Constituir o Conselho Administrativo de Desenvolvimento.

CAPÍTULO III

DA REVITALIZAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL

Art. 4º. O projeto de revitalização da feira municipal será implantado observando-se as seguintes premissas:

- I. Abertura do espaço físico da feira municipal, principalmente do galpão coberto, para os diversos setores produtivos e sócio-culturais, através de controle sistemático de utilização e manutenção da infra-estrutura;
- II. Definição de critérios para a utilização através de normatização;
- III. Formulação de diretrizes para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do acompanhando a movimentação e o destino dos recursos do programa;
- IV. Acompanhar e fiscalizar os eventos, pelos órgãos e entidades públicas, privadas e segmentos parceiros do programa;
- V. Avaliar e/ou propor critérios para a melhoria da qualidade dos serviços de caráter turísticos, prestados pelos órgãos públicos, privados e segmentos parceiros do programa;
- VI. Analisar e/ou propor critérios para a elaboração de contratos ou convênios celebrados entre o setor público e privado e segmentos, no que tange a prestação de serviços.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 5º. O programa de que trata esta lei será administrado pelo Conselho Administrativo de Desenvolvimento, sendo este a instância colegiada de caráter permanente e na sua composição será assegurado a participação dos seguintes segmentos:



- I. 02 (dois) representantes dos prestadores de serviços públicos e privados do comércio e similares;
- II. 02 (dois) representantes dos trabalhadores, através da sua entidade representativa, devidamente legalizada, que efetivamente prestem serviços na feira municipal;
- III. 02 (dois) representantes dos usuários dos serviços, comprovadamente idôneos; e,
- IV. 01 (um) representante do poder executivo.

Parágrafo Único: O membro do Poder Executivo será nato na representatividade do Conselho Administrativo de Desenvolvimento, e será o Coordenador do Conselho.

Art. 6º. Os membros do Conselho Administrativo de Desenvolvimento previsto nos incisos do artigo anterior serão indicados mediante eleição ou escolha na forma que representam.

§ 1º. O Conselho Administrativo de Desenvolvimento será regido pelas disposições contidas nesta Lei, no seu Regimento Interno e demais instrumentos normativos publicados pelo Poder Executivo;

§ 2º. O exercício da função de membros do conselho não será remunerado, considerando como serviço relevante;

§ 3º. Os membros do conselho poderão a qualquer tempo, serem substituídos mediante solicitação do segmento representado, informado ao Coordenador do Programa;

§ 4º. As atividades do Conselho Administrativo de Desenvolvimento serão fiscalizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 7º. O Conselho Administrativo de Desenvolvimento, por meio de seu Regimento Interno, fixará sua estrutura organo-funcional interna observadas as seguintes disposições:

- I. As reuniões do conselho serão de caráter Ordinário e Extraordinário, que se realizarão sempre com a maioria absoluta de seus membros, de acordo com o disposto no Regimento Interno;
- II. As deliberações serão tomadas sempre pela maioria absoluta dos votantes presentes;
- III. O voto será sempre individual e unitário, não cabendo a sistemática de procuração e havendo o empate nas votações cabe ao Administrador o voto de desempate;
- IV. As decisões do conselho serão consubstanciadas em Instrumentos Normativos Internos e demais atos do Poder Executivo.

Art. 8º. O Poder Executivo prestará apoio administrativo ao funcionamento do conselho.

Art. 9º. Para melhor desempenho de suas atividades e funções, o conselho poderá recorrer a pessoas e/ou entidades representativas, legalmente constituídas, mediante os seguintes critérios:

- I. Consideram-se entidades colaboradoras do conselho aquelas consideradas e comprovadas idôneas, formadoras de recursos humanos para o desenvolvimento



sustentável e as representativas de profissionais dos serviços de que trata esta lei, sem embargo de sua condição de membro;

- II. Pessoas de instituições de notória especialização em assuntos específicos previstos nesta lei;

Parágrafo Único: Poderá o Poder Executivo autorizar que a administração da Feira Municipal seja executada por entidade representativa dos trabalhadores e prestadores de serviços, através de regulamentação por lei específica, desde que aprovada pelo Poder Legislativo, sendo que nesta hipótese a fiscalização do programa de que trata esta lei, será de responsabilidade do Conselho Administrativo de Desenvolvimento e dos Poderes Executivo e Legislativo.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS DO PROGRAMA

Art. 10. O Programa de Incentivo a Cadeia Produtiva Agro-pecuária, Pesqueira e do Comércio e Revitalização da Feira Municipal constitui unidade orçamentária vinculada ao Poder Executivo.

Art. 11. Constituirão recursos do Programa:

- I. Dotações Orçamentárias próprias do Município;
- II. Recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, bens móveis ou imóveis que venha a auferir de pessoas físicas e jurídicas;
- III. Produto das multas cobradas pelo cometimento de infrações às normas do programa, desde que não colidam com o disposto na Lei Municipal nº 2.319/01, de 06 de dezembro de 2001, que institui o Código Administrativo do Município de Jacundá;
- IV. Produto oriundo de taxas e tarifas do programa, bem como das penalidades pecuniárias deles decorrentes;
- V. Parcela a ser definida pelo Poder Executivo, em razão da liberação do espaço físico da feira municipal para programações não compatíveis com o disposto no artigo 4º, inciso I, desta lei, a título de compensação financeira destinada a manutenção do programa;
- VI. Outros destinados por Lei;
- VII. Recursos oriundos de celebração de convênios entre o Poder Executivo e órgãos Governamentais e a rede privada.

Parágrafo Único – A programação anual dos recursos do programa deverá, obrigatoriamente, considerar os recursos relativos aos projetos aprovados pelo Poder Legislativo ou Decretos Municipais promulgados pelo Poder Executivo, em exercícios anteriores e cujo desembolso deve ocorrer em mais de um exercício fiscal.

Art. 12. Os recursos financeiros do programa serão administrados pelo Poder Executivo de acordo com a demanda requerida.



Art. 13. Findo o exercício financeiro, havendo superávit, o saldo remanescente será transferido para o exercício seguinte; a crédito do programa.

Art. 14. Ao Conselho Administrativo de Desenvolvimento compete:

- I. Elaborar a programação anual dos recursos destinados ao programa e submetê-la à aprovação do Poder Executivo;
- II. Acompanhar a execução do programa;
- III. Assumir os compromissos por conta de recursos do programa, até o limite definido pelo Poder Executivo;
- IV. Encaminhar mensalmente a prestação de contas ao Poder Executivo;
- V. Analisar os projetos e propostas advindas dos diversos segmentos da sociedade, para posterior deliberação;
- VI. Cumprir e fazer cumprir os regimentos internos e demais normativos relacionados com o programa;
- VII. Elaborar o plano de trabalho anual e encaminhá-lo ao Poder Executivo para conhecimento e deliberação.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 15. O Prefeito Municipal, por meio de Decreto, poderá estabelecer regras complementares a esta Lei.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacundá, Estado do Pará, aos 07 (sete) dias do mês de outubro de 2003.



Adão Ribeiro Soares
Prefeito Municipal